

IFC
Instituto Federal Catarinense
Curso de especialização em Educação
Eixo Alfabetização e Letramento

CONHECIMENTOS FONOLÓGICOS NECESSÁRIOS AO PROFESSOR ALFABETIZADOR

CAMBORIÚ
SETEMBRO /2017

RESUMO

O objetivo geral do presente trabalho é fornecer subsídios teóricos para professores alfabetizadores com dificuldades em sua prática e aprendizagem de seus alunos na alfabetização. Para isso, são apresentados conhecimentos básicos referente à fonologia e alfabetização linguística. Alunos em processo inicial de alfabetização podem cometer erros na escrita por transcreverem a fala. É preciso que o educador conheça a realidade de seus alunos e o processo de aprendizagem que percorrem. A partir dos preceitos de Gagliari (1982) e (2005), Soares (2013), (2002) e (2017), Savage (2015) e outros autores, podemos analisar alguns conhecimentos necessários aos alfabetizadores que farão a diferença em seu dia a dia. Importante para prática dos educadores é conhecer os princípios da fonética e da fonologia, compreendendo a complexidade da alfabetização devido às diferenças entre a fala e a escrita, podendo distinguir os processos e as etapas para a aprendizagem da leitura e escrita de seu aluno.

INTRODUÇÃO

O analfabetismo no Brasil permanece um tema de dolente atualidade. Mas a quem se pode atribuir a responsabilidade sobre o baixo desempenho escolar nos primeiros ciclos do ensino fundamental?.

Uma das hipóteses mais prováveis é a de que os professores não têm embasamento teórico suficiente para auxiliá-los em suas práticas pedagógicas. Soares (2002) afirma que os professores utilizam como “desculpa” “argumentos”, expressões como: “incapacidade” do aluno, “erros de linguagem”, “carência afetiva”, “vocabulário pobre”, entre outros, para justificar a falta de aprendizado do aluno. Todavia, ao contrário do que se pensa, muitas dessas “dificuldades” podem ser decorrentes da falta de conhecimento específicos do professor. Em sua entrevista à revista Nova Escola de setembro, a autora destaca a necessidade de o alfabetizador se apropriar de conhecimentos de outras áreas, como por exemplo, da Psicologia Cognitiva, da Linguística, com enfoque para a fonologia e a sociolinguística. Por deficiências em sua formação, alfabetizadores não se dão conta do fenômeno da variação linguística e atribuem a essa variação o status de “erro do aluno”, não sabendo, portanto, como tratar questão em sala de aula. Outra carência é a falta de embasamento teórico em relação à fonética e à fonologia, uma vez que as capacidades necessárias para a alfabetização, envolvem a compreensão de que existe uma relação simbólica entre as letras e os sons da fala.

Neste sentido, no presente estudo tem-se por objetivo investigar os conhecimentos fonológicos imprescindíveis ao alfabetizador para que compreenda o processo de aprendizagem da criança e assim possa desenvolver um trabalho focado na aprendizagem da leitura e escrita de seus alunos conseguindo assim alfabetizar plenamente.

Diante das evidentes lacunas no processo formativo de alfabetizadores, a relevância deste estudo está em contribuir com sua formação continuada, buscando na área de Linguística conhecimentos específicos sobre o processo de aprendizagem da linguagem escrita e compreensão das etapas pelas quais as crianças passam em seu processo de aprendizagem.

2. As Lacunas no processo formativo

As lacunas formativas podem ser percebidas na prática docente e na angústia dos estudantes de Pós-Graduação quando procuram uma especialização para obterem os conhecimentos que observam não terem adquirido apenas com a graduação, sentindo-se inseguros e com muitas dúvidas diante da prática desempenhada. Para alfabetizar é necessário que existam conhecimentos específicos sobre o processo e também sensibilidade do professor para perceber os avanços e as dificuldades da criança (SOARES, 2017).

O professor que alfabetiza precisa se sentir preparado e seguro diante de uma sala de aula onde, a maioria, se não todos os alunos, não dominam a leitura e escrita e estão cheios de expectativas diante dessa aprendizagem. Para estar preparado, faz-se necessário a formação continuada visando complementar a sua formação inicial, que por si só, não é suficiente. Conhecimentos mais atualizados demoram a chegar às universidades e escolas e cabe ao professor buscar novas fontes de conhecimento e refletir sobre sua prática (SOARES, 2017).

O professor alfabetizador exerce o papel de mediador entre a criança e o mundo da escrita, pois é ele quem detém, ou deveria deter, os conhecimentos sobre o sistema de escrita alfabética que o aluno deverá automatizar, como, por exemplo, o reconhecimento dos traços, a relação grafema-fonema de modo a poder concluir os valores dos grafemas e assim se tornar competente na leitura e escrita (FELIPPE, 2015).

Nesse sentido, o professor deve perceber o potencial do seu aluno criando um ambiente alfabetizador e que possa estimulá-lo a superar suas dificuldades na aprendizagem. Entendendo com clareza o processo que o aluno está percorrendo para poder orientá-lo. “A importância do papel do professor alfabetizador no processo de ensino e aprendizagem do sistema de escrita alfabética ganha relevância no cenário nacional na medida em que se depara com os altos índices de fracasso escolar.” (FELIPPE, 2015, p.37).

Existem sistemas rigorosos para avaliar a alfabetização em nosso país, como a Provinha Brasil, com ela é constatada a defasagem da educação neste ciclo de alfabetização dos primeiros anos do ensino fundamental. Atualmente existem poucos trabalhos que se detenham em fazer uma análise sobre os impactos da avaliação da alfabetização nas práticas escolares. Assim, não existindo avaliação sobre esse impacto e sem atitudes realmente interessadas em mudar este cenário, ele pouco irá mudar.

Diante da complexidade do sistema de escrita alfabética, segundo Felipe (2015) o professor alfabetizador precisa estar devidamente fundamentado teórica e metodologicamente para ter condições de promover uma mediação que resulte no êxito do processo de ensino-aprendizagem.

Como já dito, cabe muita responsabilidade ao educador sobre sua prática, seu conhecimento sobre a alfabetização e a linguística para almejar um bom resultado com sua turma de alfabetização, além, é claro, do conhecimento sobre a prática deste método.

Gatti e Barreto (2009) analisaram alguns Projetos Políticos Pedagógicos de 71 cursos de Pedagogia e constataram que existe uma grande falta na justificativa do porquê ensinar, deixando assim clara a falta de organização e planejamento diante da preparação do professor, tornando a aprendizagem do educador insuficiente para sua prática.

A análise do conteúdo das ementas indica, no entanto, que nas disciplinas referentes aos conhecimentos relativos à formação profissional específica também predominam enfoques que buscam fundamentar os conhecimentos de diversas áreas, mas pouco exploram seus desdobramentos em termos das práticas educacionais. Suas ementas frequentemente expressam preocupação com as justificativas, com o porquê ensinar, o que pode contribuir para evitar que os conteúdos se transformem em meros receituários. Entretanto, só de forma muito incipiente registram o quê e como ensinar (GATTI; BARRETO 2009, p.121). (AQUI A PROFE ACRESCENTOU ISSO CERTO? PORÉM ACREDITO QUE ASSIM NÃO FIQUE UMA CITAÇÃO DIRETA LONGA...)

Observando um conjunto de disciplinas, verifica-se maior disposição dos cursos a oferecer disciplinas relativas a fundamentos teóricos da educação, que contemplam filosofia da educação, história da educação, fundamentos biológicos da educação, antropologia entre outros. Um número pequeno de disciplinas oferece algum aprofundamento sobre a educação infantil, EJA ou educação especial, ou mesmo dos conhecimentos referentes ao magistério das séries iniciais do ensino fundamental. (GATTI; BARRETO, 2009).

Percebe-se então pouca preocupação na atuação do professor, em sua preparação para lidar com a diversidade em sala de aula. A teoria é de grande importância, mas aliada à prática seria perfeita para a autonomia e confiança dos educadores, conseguindo assim, desenvolverem um trabalho de excelência no desenvolvimento de seus educandos no processo de alfabetização.

O que todos sabem é que para termos uma formação exemplar na graduação de pedagogia muito ainda deverá acontecer, evoluir e mudar. O fato é que as crianças e os alfabetizadores de ontem e de hoje é que estão sofrendo com esta falta. Muitos educadores ainda vão atrás e se especializam, procurando novos conhecimentos para suas práticas, mas muitas vezes não é o bastante para saciar suas dúvidas e anseios em suas práticas escolares.

2.1 Conhecimentos linguísticos necessários ao alfabetizador

Para Scliar-Cabral, a formação linguística do educador e o conhecimento das diferenças entre o sistema oral e escrito gerariam um melhor desempenho na aprendizagem em leitura e escrita dos alunos.

Ainda segundo a autora, o professor alfabetizador precisa atuar com as unidades gráficas, para possibilitar que o aluno comece a desenvolver a consciência fonêmica e passar do conhecimento procedimental (implícito), que ele já obtém, para o metalinguístico (explícito), o que irá e está adquirindo.

É consenso entre muitos pesquisadores que para aprender a ler e escrever é necessária a aprendizagem dos princípios do sistema alfabético pela criança. Essa aprendizagem requer que, além do conhecimento do princípio alfabético, que o aluno também conheça as diferenças que há entre o sistema oral e o escrito. (MORAIS, 2004; SCLIA-CABRAL, 2003; SOARES, 2004 *apud* FELIPPE, 2015, p.48)

Na área da Linguística existe diferença entre aquisição e aprendizagem. Assim, para uma melhor atuação docente, o alfabetizador necessita entender a diferença entre os processos de aquisição e aprendizagem – aquisição refere-se à compulsão natural que todo bebê tem para adquirir a variedade oral, enquanto que aprendizagem resulta de um conhecimento sistemático para dominar o sistema escrito (FELIPPE, 2015). Em relação ao processo de aquisição da linguagem, Cagliari (2005) afirma que a criança ao conviver com outras pessoas que falam aprendem a ouvir e assim a falar, pois tem uma faculdade da linguagem. Iniciam o processo aprendendo a ouvir mais do que falar, assim entendem mais do que falam, assim as crianças iniciam a construção de seu vocabulário, reproduzindo as palavras que estão acostumadas a ouvir em seu meio familiar. O que pode resultar em uma variedade linguística dentro da sala de aula.

Em primeiro lugar, o professor precisa entender por que as crianças falam de determinado modo. Em segundo lugar, ele precisa respeitar esse modo de falar das crianças e ajudá-las a entender por que falam de uma maneira e não de outra. Em seguida, é preciso explicar o que a escola espera delas, agora e depois. Não se pode passar exercícios e atividades de linguagem, sem começar com uma longa conversa e discussão sobre esses assuntos. Embora o professor precise aceitar e respeitar o modo de falar de todos os alunos, cada qual com suas peculiaridades, é também obrigação da escola ensinar o dialeto padrão (CAGLIARI, 2005, p. 74).

É preciso mostrar as crianças que existe o dialeto padrão, mas que nem por isso seu modo de falar está errado ou deve deixar de existir, e sim, que a criança deve se aprimorar deste dialeto para também utilizar em determinados momentos. O professor com conhecimentos de linguística compreende que a tendência da criança é reproduzir na escrita traços da oralidade, para então fazer atividades de reflexão linguística em conjunto com a turma ou individualmente, para que ela perceba que não se escreve como se fala.

Segundo Cagliari (1982), a função da escola é apresentar, ensinar à criança como a escrita, a língua falada e a leitura funcionam em nosso cotidiano, assim alargar ao máximo o conhecimento dos alunos na maneira de utilizar a língua portuguesa.

Não devemos corrigir os alunos, e sim mostrar como podemos utilizar a língua de outras maneiras, dependendo da situação que nos encontramos.

O mais importante é capacitar o professor a ser um profissional que conhece os problemas de linguagem e que domina a língua Portuguesa (GAGLIARI 1982).

As instituições devem se preocupar com o conhecimento da língua e não apenas com técnicas pedagógicas para as práticas do professor, pois, não adiante saber a técnica se não domina a língua.

Cagliari (2005) ressalta que o aspecto mais importante do processo de alfabetização é a decifração. É preciso decifrar o que está escrito. A compreensão do que as palavras significam ou até mesmo do texto é uma atividade automática, portanto é necessário utilizar palavras do cotidiano dos alunos, que estão acostumados a ouvir e conhecem, já viram, utilizam em seu dia a dia, assim a compreensão do que está escrito será mais fácil.

Decifrar então é entender como a escrita funciona. É preciso que o educador mostre para seu aluno como funciona nosso sistema ortográfico, o princípio alfabético, grafema/fonema, de onde partimos para realizar uma leitura, é preciso saber como o sistema de escrita funciona para poder realizar a leitura (CAGLIARI, 2005).

Lemle (2007), defende que os professores alfabetizadores precisam ensinar a seus alunos primeiramente a ideia de símbolos e como os deciframos, pois nosso alfabeto é composto por símbolos que chamamos de letras que representam um som. Em segundo trabalhar a discriminação das formas das letras, pois em nosso alfabeto as letras têm pequenas mudanças que podem confundir a criança como o “p” que do outro lado vira “q” e com mais uma pequena mudança pode virar “d” e assim por diante. Scliar-Cabral explica que o chamado espelhamento, muitas vezes diagnosticado erroneamente pelos professores como dislexia é explicado pela neurociência:

A maneira como o alfabetizador apresenta o traço para a criança é determinante para o seu aprendizado e reconhecimento. Ao chegar à escola, os alunos ainda não aprenderam a assimetrizar as letras, porque os neurônios da visão foram programados para deletar esta informação sobre a direção dos traços. Reciclar os neurônios da visão para esta aprendizagem é um desafio para o professor e a melhor forma de consegui-lo é ativar todos os canais sensoriais no momento em que a criança acompanha com o dedo o traçado da letra e emite o som que realiza o fonema, representado assim pelo respectivo grafema.
(SCLAR-CABRAL, 2003; *apud* FELIPPE, 2015, p.49).

Quando a criança entra na escola com 5 ou 6 anos de idade, já domina a língua falada, já podendo ser considerada linguisticamente madura (GAGLIARI 1982).

Não podemos descartar o que a criança traz com ela, a criança se expressa desde muito cedo e assim adquire a língua falada, e ao entrar na escola leva com ela o que já aprendeu. Deve-se utilizar o que ela já sabe, para complementar o que irá aprender.

Lemle (2007) acrescenta que após inserir a ideia dos símbolos e discriminação das formas das letras é preciso fazer a discriminação dos sons da fala, perceber a variedade de sons que temos em nosso alfabeto. Na sequência é ter a consciência da unidade palavra, representação da palavra em figura, seu significado, utilizando em uma frase, contagem de palavras. E por fim a organização da página escrita: como vamos ler, por onde começamos, textos coletivos com um escriba, podendo ser o professor ou um aluno.

“A escola deve não só ensinar como a fala de seus alunos funciona, quais os usos e valores que tem, mas também fazer parte das atividades da escola treinar os alunos a usarem adequadamente o dialeto da escola, ou seja, a variedade padrão da língua” (GAGLIARI, 1982, pág. 9).

É através da leitura principalmente que os alunos irão se apropriar do dialeto da escola, podendo assim fazer o uso dele em seu dia a dia (GAGLIARI, 1982). Quanto mais estiver presente no cotidiano escolar do aluno a leitura com diversos dialetos, mais ele compreenderá a existência das variações lingüísticas e saberá empregá-las em seu modo de falar dependendo do ambiente que estiver.

O fato é que alfabetizar é delicado e imprescindível, mas é preciso que os educadores se sintam preparados e seguros para que esta prática possa fluir com o intuito de ensinar as crianças sem desculpas, sem pressões e sem medos, por tanto é preciso que o educador receba uma formação de qualidade voltada para sua prática, que tire seus anseios e forme alfabetizadores de qualidade para a mudança da história do analfabetismo em nosso país.

2.2 A Fônica e a leitura e a escrita

Segundo Savage (2015, p.25) “a fônica pode ser definida como um estudo consciente e concentrado da relação entre sons e símbolos, com o objetivo de aprender a ler e a escrever”. Para o autor, a fônica é um tema que permanece em discussão nos dias atuais, muitos concordam que ela é um componente importante e necessário para a alfabetização, porém muitos ainda discordam sobre seu devido lugar neste contexto de aprendizagem.

Seu papel então vem sendo discutido em várias pesquisas e opiniões públicas, na tentativa de encontrarem a maneira mais eficaz de atingir o sucesso das crianças como leitoras e escritoras.

Na década de 90 em um livro escrito por Marilyn Adams, que destacou pesquisas relacionadas à leitura, concluiu que trabalhar com a fônica resultava em avanços significativos no

ensino da leitura. Reconhecendo a importância de materiais que estimulam as crianças a lerem, Adams destacou o papel central do domínio do código no pensamento sobre o texto escrito e em seu processo de aprendizagem (SAVAGE, 2015).

Segundo esse autor, muitos especialistas não concordaram com a ênfase crescente do método fônico, chegando a dizer que havia uma crise da alfabetização. Outros traziam dados e estatísticas mostrando que as crianças estavam lendo e escrevendo tão bem ou melhor, que a geração anterior. “De acordo com várias pesquisas de grandes especialistas em letramento, a fônica e a consciência fonêmica permaneceram um assunto “quente” entre os entendidos da área por muito tempo” (SAVAGE, 2015, p.23).

O fato é que diante de tantas discussões e estatísticas, Savage ressalta que conforme o tempo passa, a tecnologia avança e nos traz um grande impacto na leitura, onde muitos textos estão em formato digital. As crianças aprendem habilidades básicas para utilizarem as tecnologias, seja de maneira convencional ou digital. Pronunciar as palavras em voz alta, produzindo e percebendo seus sons, permanece uma necessidade básica, e a fônica, claro, um componente crucial na leitura.

Corroborando esse pensamento, Moraes (2013), destaca que na aprendizagem da leitura e da escrita, primeiramente é necessário a compreensão do princípio alfabético, assim tendo pelo menos a intuição de fonema. Existe a necessidade de adquirirmos uma consciência dos fonemas em nossa fala para uma aprendizagem da leitura, isso por conta do nosso sistema de escrita, pois nosso alfabeto é representado por letras que importam fonemas.

Estudos apontam que crianças leem melhor quando beneficiadas de atividades destinadas a fazê-las tomar consciência dos fonemas e fazer com que conheçam as correspondências entre grafemas e fonemas (MORAIS, 2013).

Assim a criança compreende e relaciona a letra e som do seu sistema de escrita, se aperfeiçoando e familiarizando-se com a aquisição da leitura e conseqüentemente da escrita.

Há pouco mais de trinta anos, ainda se acreditava que, pelo simples fato de a criança ser confrontada com sequências constituídas de letras, ela se tornaria, pouco a pouco, consciente dos fonemas. Que não haveria necessidade de ajudá-la a analisar as expressões da fala em fonemas. Segundo esta idéia bastaria das à crianças palavras escritas, textos, e ela, por si mesma, acabaria por encontrar seu caminho. Contudo muitos estudos mostram, sem deixar quaisquer dúvidas, que essa idéia é errada (MORAIS, 2013, p.36).

A simples exposição do material escrito a criança, não é suficiente para que a mesma descubra por si só o princípio alfabético. Vejamos no próximo tema a necessidade de a criança desenvolver a consciência fonológica e fonêmica.

2.3 Consciência Fonológica e Fonêmica

De acordo com Savage (2015), a consciência fonêmica foca especificamente nos os sons falados. A consciência fonêmica está a cima da consciência fonológica. A consciência fonológica é um termo utilizado quando existe um entendimento dos aspectos sonoros da linguagem falada, incluindo a habilidade de separar as frases faladas em palavras individuais e separar palavras em sílabas.

A criança pode adquirir uma consciência fonêmica, identificando os sons dos grafemas, porém ainda pode não compreender e utilizar a consciência fonológica, separando palavras ao escrever uma frase ou separando palavras em sílabas. Primeiramente o educando desenvolve sua consciência fonêmica.

“A consciência fonêmica é o entendimento de que as palavras faladas e as sílabas são formadas por sequências de sons básicos discretos e pela habilidade de ouvir, identificar e manipular esses sons” (SAVAGE, pág.45, 2015).

Para leitores iniciantes, a consciência fonêmica forma a base da fônica que ajuda os alunos a adquirir a habilidade de codificar rápida e corretamente. Sem ela o ensino da fônica deixa de fazer tanto sentido, á que as crianças sem consciência fonêmica suficiente têm dificuldade de relacionar os sons falados às letras (SAVAGE, pág.47, 2015).

Segundo Savage (2015), a consciência fonêmica não é uma habilidade unitária, deve se desenvolver na criança gradualmente ao longo da educação infantil, porém esta habilidade não se desenvolve espontaneamente, para isso envolve uma variedade de tarefas, que variam da identificação de palavras, a habilidade de decompor sílabas e reconstruí-las, formando novas palavras.

Savage (2015) cita alguns componentes da consciência fonêmica/fonológica:

- A rima, a habilidade de reconhecer e de produzir palavras que rimem;
- A segmentação, a habilidade de separar palavras em componentes fonológicos;
- A exclusão, a habilidade de apagar elementos fonológicos ao falar palavras;

- A substituição, a habilidade de criar uma nova palavra substituindo um fonema por outro;
- A síntese, a habilidade de identificar uma palavra baseando-se na escuta dos fonemas descritos que a compõem.

“Cada uma destes componentes pode ser parte de atividades incidentais e diretas de ensino como parte de uma programa de letramento abrangente nos primeiros anos escolares” (SAVAGE, pág.51, 2015).

Tabelas com sugestão de atividades (coloque no anexo do artigo ou aqui?)

André (2015) traz o quão importante para prática dos educadores é conhecer os princípios da fonética e da fonologia, compreendendo a complexidade da alfabetização devido às diferenças entre a fala e a escrita. Assim podendo distinguir os processos e as etapas para a aprendizagem da leitura e escrita de seu aluno.

Na consciência fonêmica trabalha-se com os grafemas, vamos entender um pouco onde eles se encaixam.

Moraes (2013), diz que grafemas são aquelas letras simples, podemos chamar também de grafemas simples não mais do que duas letras. Chamamos de grafemas complexos os que pronunciamos com apenas um som. A palavra “casa”, cada letra é um grafema, pois cada uma delas representa um som: “k”, “a”, “z”, “a”, quatro letras e quatro grafemas, temos então uma palavra com grafemas simples. Agora na palavra “chá” temos um grafema complexo, pois temos as duas letras “ch” que têm o som da letra “x” e depois o “a” que tem o som de “a”, assim temos três letras, porém apenas dois grafemas.

É preciso que o educador mostre para a criança que ter esta consciência do tal “som” não é apenas um som, e que o seu nome na linguística é fonema (MORAIS, 2013).

Segundo Moraes (2013), podemos dizer que grafemas são mais exatamente as letras, ou grupos de letras que corresponde a um fonema.

Assim pode-se concluir que a diferença entre consciência fonológica e a consciência fonêmica é que a consciência fonêmica refere-se ao aluno conhecer um fonema, misturar, manipular sons isolados em palavras. Já na consciência fonológica entendem as regras da escrita, separando as palavras, identificando rimas, letras iniciais, etc. Os alunos compreendendo o processo aprendem e se desenvolvem da melhor maneira possível. Vamos ser educadores coerentes, ativos e devidamente embasados teoricamente e na prática para fazermos a diferença em nosso país.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Tamara Cardoso. Princípios básicos de fonética e fonologia para a compreensão do processo de alfabetização em contexto de variedade lingüística. EDUCERE: Congresso Nacional de Educação. UNIOESTE, 2015. *iii*

CAGLIARI, Luiz Carlos. Leitura e Afabetização. Cadernos de Estudos Linguísticos. UNICAMP, 1982. (não sei se está correta a referência) vc me enviou o link deste documento.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Algumas questões de Linguística na alfabetização. Caderno do Professor. Belo Horizonte, MG, 2005. Disponível em <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40140/1/01d16t05.pdf>

FELIPPE, Andréa do Prado. **A importância da formação (psico)linguística do professor alfabetizador para a obtenção de bons resultados na alfabetização.** 2015. 128f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: UNESCO, 2009.

LEMLE, Miriam. **Guia Teórico do Alfabetizador.** 17.ed. São Paulo: Ática, 2007.

MORAIS, José. **Criar leitores:** para professores e educadores. Barueri, SP: Minha editora, 2013.

SAVAGE, John F. **Aprender a ler e a escrever a partir da fônica:** um programa abrangente de ensino/John F. Savage; tradução: Cnthia Beatrice Costa; revisão técnica: Adriana Corrêa Costa. 4.ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento.** 6.ed. SP: Contexto, 2013.

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola:** Uma perspectiva social. 17ª ed. São Paulo: Ed, Ática, 2002.

SOARES, Magda. Oito erros sobre alfabetização. Nova Escola, São Paulo, set. 2017. Disponível em: <www.novaescola.org.br/conteudo/6773/oito-erros-sobre-alfabetizacao>. Acesso em 25 set. 2017.